

BOLETIM 25

Brasília, 7 de dezembro de 2015

Semana começa agitada no Congresso Nacional

Na reta final do ano legislativo, o Congresso Nacional deverá ter uma semana agitada. A Câmara começa os trabalhos com discussões sobre a formação da comissão especial destinada a analisar o pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, aceito na última semana pelo presidente da Casa, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Os partidos políticos indicarão os representantes na comissão, que será composta de 65 deputados titulares e igual número de suplentes.

A comissão será eleita ou referendada pelo plenário da Câmara. Antes da homologação da comissão, o presidente da Câmara vai se reunir com os líderes partidários para tratar do funcionamento do colegiado. Embora os partidos tenham começado a discutir na semana passada a indicação dos parlamentares para a comissão, muitos ainda não fecharam todos os nomes.

Em função da aceitação, pelo presidente da Câmara, do pedido para a abertura do processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff, começaram as articulações em torno da suspensão do recesso parlamentar, marcado pela Constituição para começar no dia 22 deste mês. Por enquanto, ainda não há uma definição se o Congresso entrará em recesso.

Nesta terça-feira, os deputados do Conselho de Ética reúnem-se a partir das 14h, para



continuar a apreciação do parecer preliminar do deputado Fausto Pinato (PRB-SP), que recomenda o prosseguimento das investigações contra o deputado Eduardo Cunha, por suposta quebra de decoro parlamentar. A expectativa é que o parecer seja votado, pois já foi adiado várias vezes.

Ainda na Câmara, as comissões técnicas, as comissões parlamentares de Inquérito (CPIs) e o plenário terão atividades normais.

No Senado, a grande questão refere-se à representação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o senador Delcídio do Amaral.

No Congresso, o assunto principal é a discussão e votação da proposta orçamentária para 2016. Deputados e senadores que integram a Comissão Mista de Orçamento vão se reunir a partir de hoje para começar a discutir e votar os 16 relatórios setoriais da proposta orçamentária para o ano que vem. A presidenta da CMO, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), marcou uma série de reuniões nesta semana para a votação dos relatórios setoriais e para que o relator-geral do orçamento, deputado Ricardo Barros (PP-PR), possa elaborar o relatório geral a ser votado pela comissão e depois pelo plenário do Congresso Nacional ainda neste ano.

Fonte: Agência Brasil

Receituário dos neoliberais para a crise

*Antônio Augusto de Queiroz**

A criatividade neoliberal, frente a crise fiscal, parece inesgotável, com propostas absurdas para atacar as supostas causas primárias dos desajustes e da baixa produtividade no nosso País. Em lugar de “uma ponte para o futuro”, como essas propostas passaram a ser conhecidas, poderiam ser batizadas como “passaporte para o período medieval”.

Entre as medidas sugeridas estão: a) a desindexação geral, b) a desvinculação orçamentária, c) a privatização selvagem, d) a abertura da economia, e) a livre negociação e f) o aumento da idade mínima na aposentadoria.

A proposta de desindexação, segundo essa lógica, alcançaria não apenas os contratos, mas principalmente o salário mínimo e os benefícios previdenciários, cuja atualização passaria a depender da vontade e da disposição do governo de plantão.

A desvinculação orçamentária consistiria na completa eliminação de qualquer percentual de orçamento vinculado a uma despesa específica, como saúde, educação, pessoal, ciência e tecnologia, previdência, etc, cabendo ao governante decidir como aplicar o orçamento, cuja prioridade, dependendo da visão ideológica, poderia ser pagar a dívida pública em lugar de investir em educação ou em infraestrutura.

A privatização selvagem consistiria em abrir mão de toda atividade de Estado que não estivesse voltada para o controle da moeda e da segurança pública, podendo as demais atividades essenciais, como educação e saúde, ainda que com a alocação



parcial de recursos públicos, serem conduzidas pelo setor privado, que ampliaria seu escopo de prestação de serviços ao Estado.

Isso incluiria, naturalmente, abrir mão de empresas como Petrobras, Caixa Econômica, Banco do Brasil, Correios, BNDES, Casa da Moeda, entre outras, além de transferir para a iniciativa privada serviços públicos como transporte, educação, saúde, lazer, previdência etc.

A abertura da economia consistiria, em primeiro lugar, na eliminação de qualquer tratamento prioritário à empresa nacional, assim como na eliminação de qualquer conteúdo nacional ou restrição aos investimentos estrangeiros no País, valendo regras semelhantes às propostas na Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

A livre negociação, naturalmente, consistiria na prevalência do negociado sobre o legislado ou mesmo na eliminação do Direito do Trabalho, transferindo para a livre negociação a definição de salários e condições de trabalho por acordo entre trabalhadores e empregadores, sem a interferência ou intervenção do Estado.

Por fim, a instituição de uma idade mínima para a previdência social, tanto do regime geral

(INSS) quanto do regime próprio (servidores públicos) superior a 65 anos, algo próximo da expectativa de vida média da população brasileira.

Tem sido isso, grosso modo, o que pregam os neoliberais para enfrentar a crise. Os tópicos aqui detalhados foram apresentados pela consultoria Rosenberg Associados, em palestra para seus clientes. O que foi proposto nessa apresentação não difere muito do que propôs Armínio Fraga em artigo recente em O Globo ou o que propôs o PMDB na proposta batizada de “ponte para o futuro”.

(*) *Jornalista, analista político e diretor de documentação do Diap*

Fonte: Diap



Levy: processo de impeachment melhora transparência do governo

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, disse não acreditar que a abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff levará ao afastamento de investidores do país. Ele

participou de reunião com empresários na sede da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib).

“Não é só com planos de governo, mas criando instrumentos legais, construídos com a sociedade, que você vai mostrar para onde o governo quer ir, qual o compromisso do governo. E este é o momento de deixar isso ainda mais claro, o que a gente quer, o que a gente acredita. Por isso acho que o impeachment, ao contrário, não atrapalha em nada. É até um motivador para trazer mais transparência e reafirmar os compromissos do governo com a política econômica”, declarou.

Levy disse que a instabilidade política tem afetado o Produto Interno Bruto (PIB) e a arrecadação, mas disse que a abertura do processo de impeachment ajuda a eliminar incertezas que há vários meses pairavam sobre o governo e tinham impacto sobre a economia.

“Trazer clareza para esse processo [político] é positivo. A presidenta teve muita tranquilidade para deixar claro que, se havia um desejo reprimido de avançar no processo [de impeachment], não há por que recuar. Então acho que, quando a gente encara as coisas, melhor, e, quando tem algo a propor, consegue articular e só tem a ganhar em deixar tudo **claro**”, complementou.

O ministro destacou que o Ministério da Fazenda tem se empenhado em construir perspectivas claras sobre o rumo da economia. Ele foi à Abdib apresentar um projeto de lei, formulado por especialistas, que pretende facilitar investimentos em grandes projetos de infraestrutura.

Para Levy, a proposta traz regras estáveis, que preparam as bases para o crescimento econômico e melhoram a competitividade. “Em paralelo a estabelecer um regime fiscal

sustentável, que traga confiança, temos de fazer aquelas mudanças estruturais que criem um novo ambiente para as empresas trabalharem”, disse.

O ministro informou que empresas do setor de infraestrutura e construção já manifestam a necessidade de um novo marco regulatório que dê mais segurança jurídica para investimentos, especialmente em grandes projetos, como ferrovias, portos e aeroportos. “Um ambiente com contratos mais claros, que tenha mais eficiência, que tenha mais governança”, ressaltou.

Fonte: Portal EBC



Mulheres das Centrais Sindicais realizam ato contra a violência

Para marcar os “16 dias de ativismo”, o Fórum Nacional de Mulheres Trabalhadoras das Centrais Sindicais realizaram uma mobilização pelo fim da violência contra as mulheres no centro de São Paulo em frente ao Teatro Municipal, na Praça Ramos de Azevedo a atividade teve o apoio da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as

Mulheres de São Paulo e contou com a participação da Sra. Denise Motta Dau responsável pela pasta.

A atividade foi marcada com apresentações artísticas e distribuição de panfletos com informações e orientações para identificar e denunciar qualquer tipo de violência contra mulher no local de trabalho.

A secretária Nacional de Mulheres da NCST, Sônia Maria Zerino, destacou que a violência contra mulher é mais comum do que as pessoas imaginam, e que atos como este são importantes momentos de elevar a consciência das trabalhadoras e trabalhadores e a sociedade em geral no combate a todo tipo de violência contra a mulher, principalmente nas relações de trabalho, onde frequente o assédio moral e sexual.

16 dias de ativismo

Os 16 Dias de Ativismo começaram em 1991, quando mulheres de diferentes países, reunidas pelo Centro de Liderança Global de Mulheres (CWGL), iniciaram uma campanha com o objetivo de promover o debate e denunciar as várias formas de violência contra as mulheres no mundo.

No Brasil, a campanha dos 16 Dias se inicia em 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra, e termina em 10 de dezembro – Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Fonte: NCST



Maranhão é o estado onde mais se vive com um quarto do salário mínimo

A proporção de maranhenses que viviam em domicílios com renda per capita de até um quarto do salário mínimo caiu quase dez pontos percentuais, entre 2004 e 2014. Mesmo assim, o Maranhão é o estado onde mais se vive com um quarto do salário mínimo. O percentual de 23,6% atingido no ano passado é quase 17 vezes maior que o de Santa Catarina, onde apenas 1,4% da população vive com essa renda, por exemplo.

Os dados fazem parte da Síntese de Indicadores Sociais, divulgada sexta-feira (4) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Em 2004, Santa Catarina tinha uma proporção de 2,6% da população vivendo em domicílios com renda per capita de até um quarto do salário mínimo. Dez anos depois, poucos estados alcançaram essa marca. São Paulo chegou a 2,2% em 2014, enquanto Mato Grosso do Sul e Distrito Federal atingiram 2,5%.

No outro extremo dos indicadores, Maranhão (23,6%), Alagoas (21,5%), Acre (18%), Ceará (17,7%) e Piauí (17,4%) têm os maiores percentuais de população vivendo com até um quarto do salário mínimo por pessoa.

Diferenças percentuais

Nos últimos dez anos, alguns estados apresentaram diferenças percentuais expressivas nessa estatística. Foi o caso de Roraima, que tinha 24,3% da população nessa situação em 2004 e

passou a ter 8,1% em 2014 – uma queda de 16,2 pontos percentuais.

Paraíba e Alagoas também se destacaram na redução da população que vive com renda abaixo de um quarto de salário mínimo per capita. Os estados nordestinos tiveram redução entre 10,4% e 10,6%.

Entre todos os estados, o Pará foi o único que teve piora da situação. Em 2004, 15,9% da população vivia com essa renda, percentual que aumentou para 16,4% em 2014.

Fonte: Portal EBC

Advogado terá atendimento prioritário nas agências do INSS

Os advogados passarão a ter atendimento prioritário nas agências do Instituto Nacional de Seguro Social. A medida consta em uma liminar concedida pela 17ª Vara Federal do Distrito Federal em uma ação civil pública movida pela Procuradoria Nacional de Defesa das Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil.

Na ação, a OAB alegou que o INSS tem adotado medidas restritivas ao livre exercício profissional dos advogados, em violação ao Estatuto da Advocacia e ao Código de Processo Civil.

Pela decisão, independentemente de agendamento prévio, os profissionais deverão ser atendidos em local próprio e poderão protocolar mais de um benefício por atendimento.

Fonte: Consultor Jurídico



TST diz que pedido de demissão sem homologação do sindicato é inválido

Em decisão recente, o Tribunal Superior do Trabalho entendeu que, nos termos do artigo 477, § 1º, da CLT, a rescisão do contrato de trabalho de empregado que pediu demissão e que tenha prestado serviços por mais de um ano deve ser homologada pelo sindicato respectivo ou por autoridade do Ministério do Trabalho.

A corte manifestou-se no sentido de que, caso não exista homologação da rescisão contratual, o pedido de demissão será considerado inválido, devendo a despedida ser reconhecida como sem justa causa, mesmo que o empregado confesse em juízo que requereu sua demissão.

Por fim, o acórdão ressaltou que a decisão visa proteger o princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas.

Fonte: Jusbrasil

Comissão rejeita obrigação para empresa usar tecnologias de segurança no trabalho

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio rejeitou projeto do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT) que obriga as empresas a utilizarem todas as tecnologias disponíveis no mercado para reduzir ou eliminar a

periculosidade e a insalubridade no trabalho (PL 3062/15).

A rejeição foi pedida pelo relator da proposta na comissão, deputado Mauro Pereira (PMDB-RS), para quem a legislação já contempla a exigência prevista no projeto.

Segundo ele, a Constituição outorgou ao Ministério do Trabalho o dever de definir as regras de segurança do trabalho a serem seguidas pelas empresas, que são frequentemente atualizadas conforme as mudanças tecnológicas. “É possível contemplar de forma célere situações e técnicas novas, que podem ampliar a segurança do trabalhador, sem que a matéria tenha que passar por todos os trâmites do processo legislativo”, disse Pereira.

Fonte: Agência Câmara

AGENDA DO PRESIDENTE

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Dias 7 e 8 de dezembro

Local: Brasília, sede nacional da NCST

Participa, como vice-presidente, da reunião de encerramento do ano da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)